

MARIA FIRMINA DOS REIS: PROTAGONISTA DA LIBERDADE FEMININA E ÉTNICO-RACIAL

Samantha Lodi-Corrêa

Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente,
SP, Brasil

E-mail: samantha.lodi@unesp.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo compreender o protagonismo da educadora maranhense Maria Firmina dos Reis (1825 – 1917) que teve forte atuação em seu contexto histórico lutando por liberdade e por igualdade étnica e entre os sexos, a partir, principalmente, de seu romance *Úrsula*, o primeiro de seu gênero publicado no Brasil, em 1859. A pesquisa sobre a autora insere-se em um projeto mais amplo, em desenvolvimento, sobre educadoras brasileiras entre os séculos XIX e XX. A metodologia utilizada tem como referência os trabalhos sobre gênero, a epistemologia de estudos feministas na história e a interseccionalidade. Utiliza-se fontes secundárias, ou seja, trabalhos produzidos sobre a autora, bem como a obra *Úrsula*, como fonte primária de análise. Observa-se que Maria Firmina dos Reis estava atenta as principais discussões do período em que viveu, principalmente em relação à liberdade, colocando-se claramente como abolicionista diante da escravização, discorrendo sobre as relações inter-raciais e também as relações entre os sexos, que subjugava mulheres aos homens.

PALAVRAS-CHAVE: Maria Firmina dos Reis; Escritoras brasileiras; História das mulheres; Protagonismo feminino.

MARIA FIRMINA DOS REIS: PROTAGONIST OF FEMALE AND ETHNIC-RACIAL FREEDOM

ABSTRACT

This article aims to understand the protagonism of the Maranhão educator Maria Firmina dos Reis (1825 – 1917) who had a strong role in her historical context fighting for freedom, ethnic and gender equality, mainly from her novel *Úrsula*, the first of its genre published in Brazil, in 1859. The research on the author is part of a broader project, in development, on Brazilian educators between the 19th and 20th centuries. The methodology used has as reference studies about gender, the epistemology of feminist studies in history and intersectionality. Secondary sources are used, in other words, works produced about the author, as well as the novel *Úrsula* as primary analysis source. It is observed that Maria Firmina dos Reis was attentive to the main discussions of the period in which she lived, mainly about freedom, clearly positioning herself as abolitionist in the face of slavery, discussing interracial relations and also relations between the sexes, that subjugated women to men.

KEYWORDS: Maria Firmina dos Reis; Brazilian writers; Women's history; Female protagonism.

MARIA FIRMINA DOS REIS: PROTAGONISTA DE LA LIBERTAD FEMENINA Y ÉTNICO-RACIAL

RESUMEN

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Volume Especial “Ocupação Preta: a história de um é a narrativa de todos”, pg. 80-101, mar/2025.

ISSN: 2176-5774

Este artículo tiene como objetivo comprender el protagonismo de la educadora maranhense María Firmina dos Reis (1825 – 1917), quien tuvo un fuerte papel en su contexto histórico luchando por la libertad y la igualdad étnica y de género, principalmente a partir de su novela Úrsula, la primera de su género literario publicado en Brasil, en 1859. La investigación sobre la autora forma parte de un proyecto más amplio, en desarrollo, sobre las educadoras brasileñas entre los siglos XIX y XX. La metodología utilizada se basa en trabajos sobre género, la epistemología de los estudios feministas en la historia y la interseccionalidad. Se utilizan fuentes secundarias, es decir, trabajos producidos sobre la autora, así como la obra Úrsula, como fuente primaria de análisis. Se observa que María Firmina dos Reis estuvo atenta a las principales discusiones del período que vivió, principalmente en relación a la libertad, posicionándose claramente como abolicionista frente a la esclavitud, discutiendo las relaciones interraciales y también las relaciones entre los sexos, que sometían a las mujeres a los hombres.

PALABRAS CLAVE: Maria Firmina dos Reis; Escritoras brasileñas; Historia de mujeres; Protagonismo femenino.

INTRODUÇÃO

Vozes femininas, vozes negras. Vozes negras femininas: onde há espaço no Brasil para essas vozes? Ainda hoje, nossa história tem uma tendência a pautar-se por uma perspectiva branca, masculina que fixa "grandes acontecimentos" regulados pela figura de governantes. Por esse ponto de vista, as mulheres, os trabalhadores, as pessoas negras, os povos originários, as crianças, entre outros foram secundarizados na narrativa histórica. Felizmente, nas últimas décadas, novas abordagens metodológicas permitiram um outro olhar aos documentos, assim como apresentou a necessidade de visitar fontes históricas para análises que permitam que vozes deixem de ser silenciadas por olhares elitistas, misóginos e preconceituosos.

De acordo com Michelle Perrot (2012) os primeiros estudos sobre mulheres surgiram na Grã-Bretanha ainda nos anos 1960, na França na década de 1970. É a partir daí que as pesquisas sobre história permitem a inserção de novos objetos de estudo e foi assim que as temáticas sobre gênero se inserem no cenário de pesquisa internacional. Essa expansão ocorre por motivos científicos, sociológicos e políticos. Científicos pelo debate teórico-metodológico na área da história com a inclusão de novos objetos, fontes e a interligação da história com outras áreas do conhecimento. Sociologicamente explicado pela presença feminina na Universidade, as mulheres ocuparam o espaço acadêmico. E político pelos movimentos sociais impulsionados pelo livro o 'Segundo Sexo', que havia sido publicado em 1949, por Simone de Beauvoir. As mulheres "silenciadas na história" começaram a ocupar espaço nas pesquisas, mesmo com toda a dificuldade de fontes históricas, produzidas por homens que registravam feitos masculinos. Todavia, outras evidências existiam e existem.

Sobre o livro "Segundo Sexo" cabe lembrar que foi um grande marco para pensar o significado restritivo e cheio de impedimentos de nascer mulher mesmo nas sociedades que se autoconsideravam "avançadas e civilizadas". Simone de Beauvoir combateu avidamente as justificativas de manutenção do patriarcado ao abordar a condição da mulher debatendo tópicos como destino, história, mitos estabelecidos, aspectos biológicos e sociais enquanto defendia a autonomia feminina com a possibilidade de traçar seu próprio caminho de libertação. Tornar-se mulher emancipada envolve refletir sobre imposições que são feitas no processo de socialização e ressignificar essas determinações ao sexo feminino. (Beauvoir, 2016a, 2016b)

No Brasil, as pesquisas sobre mulheres constituem-se na década de 1980, embora só tenham ampliado significativamente no século XXI. Entre esses primeiros trabalhos destacam-se Miriam Moreira Leite (1983) e Margareth Rago (1985). Hoje, principalmente entre pesquisadoras da sociologia, história, antropologia e filosofia a temática de gênero tem ampliado expressivamente, como observa-se em Del Priore (2011); Hollanda (2019a; 2019b). Tal movimento também ocorre na área da educação, entretanto, com fluxo bem menor, o que é no mínimo curioso, uma vez que o magistério passa por uma feminização desde o final do século XIX.

Considerando esses aspectos, este trabalho é parte dos estudos de uma pesquisa em desenvolvimento que tem por objetivo geral: Estudar a vida e a obra de educadoras brasileiras com intuito de contribuir para o ensino de História da Educação enfocando a questão e/ou relações de gênero ao longo da história do Brasil, mais especificamente na época contemporânea, abordando educadoras com atuação durante os séculos XIX e XX. O recorte aqui apresentado relaciona-se com os seguintes objetivos específicos: - Contribuir para o fim das desigualdades de gênero estabelecidas pela sociedade como se fossem “naturais”, mas que foram construídas com base no patriarcado branco e heterossexual, combatendo o machismo e o racismo estrutural; - Incluir o debate da interseccionalidade pensando as relações de gênero, classe social e raça/etnia e permitir debates nos diversos campos e períodos históricos.

Este artigo é um recorte dessa temática mais ampla e tem por objetivo compreender o protagonismo da educadora maranhense Maria Firmina dos Reis (1825 – 1917) que teve forte atuação em seu contexto histórico lutando por liberdade e pela igualdade étnica e entre os sexos, a partir, principalmente, de seu romance Úrsula, o primeiro de seu gênero publicado

no Brasil, em 1859. Além da atuação no campo educacional, ela foi escritora de diversos estilos literários como poesia, contos, crônicas e, além de ser a primeira romancista brasileira. Para efetivar sua ação, rompeu as barreiras do preconceito, questionou processos naturalizados e criou possibilidades.

A estrutura deste artigo inicia com as concepções metodológicas que estão em toda a base de análise da vida e da obra de Maria Firmina dos Reis, seguida da fundamentação teórica empregada no debate e apresentação de vida da educadora. A discussão dos resultados está diretamente relacionada à obra escolhida para compreender a proposta de liberdade que defendia, ou seja, o romance *Úrsula*. Encerra-se com as considerações finais sobre este estudo e os dados obtidos na obra firminiana.

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza bibliográfica e tem por base o trabalho com fontes secundárias ao levantar pesquisas acadêmicas já produzidas sobre Maria Firmina dos Reis, no banco de teses e dissertações da Capes e artigos no SciELO e uma fonte primária, o romance *Úrsula*, que será analisado. Para o levantamento das fontes secundárias duas palavras-chave foram usadas: "Maria Firmina dos Reis" e "Úrsula" – variação "romance Úrsula". Excluiu-se as teses e dissertações que fossem comparativas e que não apresentavam somente a autora e sua obra. Não houve exclusão temporal de publicação, entretanto, algumas dissertações que constam na busca não estavam disponíveis em formato online, por isso, não integraram este artigo.

Os métodos de análise envolvem uma perspectiva crítica, interseccional, permeando as relações de gênero e étnico-racial no Brasil, principalmente ao considerar a micro-história, a subjetividade, sem perder algumas referências da macro-história, configurando um contexto para evidenciar as ações desenvolvidas pela educadora. Aqui distancia-se de uma história que propõe um sujeito universal, que generaliza concepções que servem para todos e todas. Faz-se necessário questionar lugares pré-estabelecidos.

As possibilidades abertas para os estudos históricos pelas teorias feministas são inúmeras e profundamente instigantes: da desconstrução dos temas e interpretações masculinos às novas propostas de se falar femininamente das experiências do cotidiano, da micro-história, dos detalhes, do mundo privado, rompendo com as antigas oposições binárias e de dentro, buscando respaldo na Antropologia e na Psicanálise, incorporando a dimensão subjetiva do narrador. (Rago, 1998, p.17)

Durante as análises utiliza-se a proposta de interseccionalidade debatida pela jurista estadunidense Kimberle Crenshaw (2002; 2004) que fala da sobreposição de práticas discriminatórias e como elas operam na sociedade formando confluências. Essas discriminações podem incluir classes sociais, local de nascimento – desde norte e sul global, latinidade, região do país, bairros de uma cidade – gênero, relações étnico-raciais, deficiências entre outras. Alguns desafios são pontuados, pois não há uma análise universal, raça e etnia não são constantes em todo o globo, há desenvolvimento desigual relacionado aos discursos de direitos humanos relacionados à raça e ao gênero e os discursos nacionais interferem em expressões políticas dessas particularidades.

Seguindo a mesma perspectiva interseccional, há uma discussão realizada por Ângela Davis (2016) ao pensar aspectos históricos do processo de escravização na colonização estadunidense, pontuando as especificidades que envolvem classe social, raça e sexo, no livro "Mulheres, raça e classe", publicado originalmente em 1981. Não obstante abordar a história dos EUA, muitos pontos auxiliam na reflexão anticolonial para o contexto brasileiro ao pensar a condição das mulheres negras no período da escravização e sua organização para construir um movimento antiescravagista. A interseccionalidade da luta de mulheres negras evidencia sua luta pela libertação econômica e de sua inserção social com garantia de direitos a partir de gênero e de raça.

Neste trabalho as discriminações raciais e de sexo são eixos fundamentais. Em uma sociedade escravocrata, os preconceitos raciais existem e persistem, marginalizando parte da população. Maria Firmina dos Reis é mulher negra neste contexto histórico, essa mesma sociedade é misógina, fundamentada em ideias patriarcais, o que marginalizou as mulheres, excluiu da participação política e social por muito tempo.

Assim, tanto as questões de gênero como as raciais têm lidado com a diferença. O desafio é incorporar a questão de gênero à prática dos direitos humanos e a questão racial ao gênero. Isso significa que precisamos compreender que homens e mulheres podem experimentar situações de racismo de maneiras especificamente relacionadas ao seu gênero. As mulheres devem ser protegidas quando são vítimas de discriminação racial, da mesma maneira que os homens, e devem ser protegidas quando sofrem discriminação de gênero/racial de maneiras diferentes. Da mesma forma, quando mulheres negras sofrem discriminação de gênero, iguais às sofridas pelas mulheres dominantes, devem ser protegidas, assim quando experimentam discriminações raciais que as brancas freqüentemente não

experimentam. Esse é o desafio da interseccionalidade. (Crenshaw, 2002, p. 9)

Ao pensar Maria Firmina dos Reis no contexto brasileiro entre a segunda metade do século XIX e início do século XX, seu local de interseccionalidade faz a sobreposição de ser mulher e ser negra com duas categorias de subordinação. Os resultados apresentados estão em narrativa descritivo-argumentativa.

MULHERES E PESQUISAS: UM ESTUDO SOBRE MARIA FIRMINA DOS REIS

Pesquisas sobre mulheres e feminismos encontram respaldo em diversas pesquisas acadêmicas. Margareth Rago (1998, p.4) ao debater as epistemologias feministas tece críticas ao “caráter particularista, ideológico, racista e sexista: o saber ocidental opera no interior da lógica da identidade, valendo-se de categorias reflexivas, incapazes de pensar a diferença.” Essas pesquisas ainda são incentivadas pelas teorias epistemológicas iluministas que utilizam um conceito de “homem universal”. A crítica feminista evidencia que há relações de poder na produção de saberes como apontou Foucault (Rago, 1998)

Assim os estudos sobre a mulher buscam desnaturalizar as identidades sexuais, apresentar “a subjetividade como forma de conhecimento”, inovando na forma de trabalhar com multiplicidades temporais, sem idealizar uma “mulher universal”, permitindo o envolvimento do sujeito com seu objeto. A diferença estabelecida entre os sexos não tem base puramente nas relações econômicas, mas sem dúvidas envolve as relações de poder. Relações presentes no cotidiano e em perspectiva mais diversa nas representações sociais. Para dar conta dessa complexidade a história teve que aproximar-se da antropologia, psicanálise e da literatura. (Rago, 1998)

O campo das experiências históricas consideradas dignas de serem narradas ampliou-se consideravelmente e juntamente com a emergência dos novos temas de estudo, isto é, com a visibilidade e dizibilidade que ganharam inúmeras práticas sociais, culturais, religiosas, antes silenciadas, novos sujeitos femininos foram incluídos no discurso histórico, partindo-se inicialmente das trabalhadoras e militantes, para incluir-se, em seguida, as bruxas, as prostitutas, as freiras, as parteiras, as loucas, as domésticas, as professoras, entre outras. A ampliação do conceito de cidadania, o direito à história e à memória não se processavam apenas no campo dos movimentos sociais, passando a ser incorporados no discurso, ou melhor,

no próprio âmbito do processo da produção do conhecimento. (Rago, 1998, p.14)

As narrativas não são únicas, elas são subjetivas ao mesmo tempo são representativas. Assim, falar sobre Maria Firmina dos Reis e suas experiências do cotidiano, envolve um contexto amplo que repercute a sociedade brasileira da segunda metade do século XIX. Unida a questão de interseccionalidade, pensada por Kimberle Crenshaw e por Angela Davis, pondera-se o significado de sua produção junto com a base da epistemologia feminista para pesquisas históricas.

Cabe lembrar que nosso país, não superou e mantém por base um racismo estrutural que:

[...] corresponde a um sistema de opressão cuja ação transcende a mera formatação das instituições, eis que perpassa desde a apreensão estética até todo e qualquer espaço nos âmbitos público e privado, haja vista ser estruturante das relações sociais e portanto estar na configuração da sociedade, sendo por ela naturalizado. Por corresponder a uma estrutura, é de se registrar que o racismo não está apenas no plano da consciência – a estrutura é intrínseca ao inconsciente. (Bersani, 2020, p.62)

Essa estrutura que está intrínseca ao inconsciente que nem sempre é reconhecida como elemento discriminatório. Como pontua Angela Davis (2018) o movimento pelos direitos civis foi bem-sucedido em termos de erradicação do racismo nas leis, assim como na dissolução do aparato de segregação nos EUA. "O problema é que muitas vezes se presume que a erradicação do aparato legal equivale à abolição do racismo" (p.31). Pensamento que corrobora com a atualidade brasileira – mesmo com leis que asseguram a igualdade étnica, o racismo permanece estruturado na cultura nacional, por isso, a necessidade de ser antirracista. A mesma lógica aplica-se ao machismo estrutural, temos leis que afiançam a igualdade entre os sexos, mas na prática há desigualdade de direitos. Partimos agora para a descrição de alguns dados biográficos de nossa autora.

Maria Firmina dos Reis

Maria Firmina dos Reis
De mulata foi chamada
Mas renego esse termo
Pra gente miscigenada
Reconheço-a como negra
Sendo assim bem nomeada.

Em 11 de novembro de 1917 faleceu em Guimarães – MA, a professora e romancista Maria Firmina dos Reis; em seu registro de óbito lavrado no mesmo dia estão ocultas a causa de sua morte, a profissão que exerceu, assim como sua cor, enquanto ressaltam que era solteira e afirmam sua filiação: João Pedro Estevão e Leonor Reis. (Santos, 2015)

Os dados ocultados não devem ser por falta de conhecimento, em vida ela foi conhecida e reconhecida. Pensa-se que isso já pode ser um caminho para seu silenciamento histórico, como se reduzissem sua importância ao não registrar sua profissão que lhe conferia lugar de destaque.

Entre os pesquisadores que apresentaram a vida de Maria Firmina, encontram-se divergências entre sua data de nascimento, a maior parte que apresentada a data de 11 de outubro de 1825, quando foi batizada. Há indícios que pode ter nascido em 11 de março de 1822 de acordo com outras pesquisas que falam de outros documentos encontrados. (Machado, 2019)

Michelle Perrot (2005) afirma que as mulheres sempre trabalharam, só que nem sempre exerceram profissões, quando se inserem nos espaços profissionais, a sociedade buscou condicioná-las aos espaços que combinavam com suas "naturais características femininas" que envolviam: doçura, cordialidade, dedicação ao cuidado, 'mãos de fadas', é nesta lógica que o magistério foi uma das primeiras possibilidades de profissionalização de mulher.

Em 1847, Maria Firmina foi aprovada em concurso público para a cadeira de Instrução Primária na vila de Guimarães, no Maranhão, onde lecionou até 1881 quando aposentou com 34 anos de profissão. Por ocasião de sua posse no concurso público era comum que quem assumisse o cargo fosse de palanquim, carregada para receber seu título, o que ela recusou veementemente e afirmou: ‘Negro não é animal para se andar montado nele e foi a pé’ (Morais Filho, 1975, s.p.)

Em 1859, a educadora publicou o primeiro romance brasileiro: Úrsula, sobre o qual vamos nos deter um pouco mais para analisar a obra. Após essa publicação, ela colaborou com alguns periódicos.

Dois anos após a publicação de Úrsula, em 1861, o jornal literário O Jardim dos Maranhenses publicou Gupeva, romance indianista que seria reproduzido, em 1863, pelo jornal Porto Livre, e, em 1865, no jornal Eco da Juventude. Em 1871 era a vez do livro de poesias intitulado Cantos à beira-mar e, em 1887, da publicação do conto, também de caráter abolicionista, “A Escrava”, pela Revista Maranhense.

Em 1861, a autora também participou, com os poemas “por ver-te” e “minha vida”, da antologia Parnaso Maranhense, em cujo prólogo seu organizador, Gentil Homem de Almeida Braga, declara que um dos objetivos da mesma era livrar a muitos maranhenses do esquecimento.

Maria Firmina dos Reis alcançou um relativo sucesso em seu tempo, sendo recebida com elogios da imprensa local, por ocasião de suas publicações. (Oliveira, 2007, p. 13)

A partir de 1861 escreveu para jornais literários maranhenses, como “A verdadeira Marmota”, “Jardim das Maranhenses”, entre outros, aos quais proporcionou poesias, pequenos romances, contos. Além da temática negra e abolicionista, entra na temática indianista em Gupeva, quando aborda o incesto como consequência dos primeiros relacionamentos entre brancos e indígenas no processo de formação do povo brasileiro. (Morais Filho, 1975)

Santos (2015) aponta os diversos silêncios aos quais Maria Firmina foi relegada, mesmo em obras que resgatam a história de escritores ou da literatura maranhense, seja entre 1873-1875 na obra “Pantheon Maranhense” quando ela ainda estava viva ou em 1922 no “Dicionário geográfico e etnográfico do Brasil” no qual coube a ela simplesmente uma nota. Outras obras nacionais ignoram o trabalho dela. Sua memória só começa a ser “resgatada” em 1975 com a publicação de “Maria Firmina: fragmentos de uma vida” escrito por Nascimento Morais Filho.

Aliás, sobre o reconhecimento do primeiro romance publicado no Brasil observa-se longa distância entre as edições colocadas em circulação:

Maria Firmina, assim como muitas escritoras do século XIX, passou muito tempo no ostracismo, tendo sido “resgatada” por José Nascimento Morais Filho em 1975, na sua obra Maria Firmina: fragmentos de uma vida, em que o autor reuniu escritos de Maria Firmina em alguns jornais, depoimentos de ex -alunos e alunas dela e reeditou os contos “A escrava” e “Gupeva”. No mesmo ano, Horácio de Almeida reeditou Úrsula em edição fac -similar.

A terceira edição de Úrsula só saiu em 1988, no centenário da Abolição, para, mais uma vez, a autora ser relegada ao esquecimento, até que, em 2004, a editora Mulheres publicou a quarta edição do romance e reeditou também o conto “A escrava”. (Silva, 2011, p. 13)

Aqui é importante ressaltar que em vida, ela estava em um contexto escravocrata, no Brasil Imperial, durante o qual as mulheres não tinham participação política e sua função social era reduzida, principalmente, ao espaço doméstico. Maria Firmina dos Reis estava entre algumas brasileiras que desejavam trilhar seus próprios caminhos, a profissionalização da educação era praticamente a única possibilidade de emancipação financeira.

Maria Firmina dos Reis cumpriu como pôde, dentro de suas limitações naturais e das impostas pelo meio, a sua "função social" - mas o bastante para marcar sua presença e se tomar uma figura de importância VIDA MARANHENSE, - como escritora e como mestra.

A esquematização da sua posição histórica na literatura (faz até lembrar concurso de títulos ...) que, apenas no âmbito, nacional admitimos possível correção, provado por algum elemento novo ou não ao avance de nossa pesquisa, evidencia a sua participação na vida literária nacional.

Embora em termo de literatura regional (englobando nesta denominação os estados nortistas e nordestinos, pelo seu intenso intercâmbio com nossa terra) Maria Firmina dos Reis cumpriu sua função social não só divulgando suas criações, mas também contribuindo para as letras brasileiras, ora sugerindo novos temas aos grandes, ora abordando com originalidade assunto explorado. (Morais Filho, 1975, s.p.)

Em 1880 conquistou o primeiro lugar na História da Educação brasileira como “mestra régia” na província do Maranhão. Foi quando fundou uma escola de primeiras letras, gratuita e mista, permitindo que meninos e meninas estudassem juntos. (Morais Filho, 1975, s.p.)

Aqui é importante ressaltar que as principais iniciativas escolares que praticavam co-educação entre os sexos partiam principalmente de mulheres que protestavam contra um currículo reduzido para a formação das meninas, partindo do pressuposto de alguma inferioridade intelectual ou característica intrínseca ao sexo. Maria Firmina configura uma escola de primeiras letras, para atender crianças. Em termos de primeira infância, pouco antes encontra-se a iniciativa de Anália Franco, no interior da província de São Paulo, formando a primeira escola maternal, também com salas mistas e currículo único. (Lodi-Corrêa, 2009)

Em 1888, Maria Firmina escreveu o Hino da Libertação dos Escravos (Morais Filho, 1975):

Salve Pátria do Progresso!
Salve! Salve Deus a Igualdade!

Salve! Salve o Sol que raiou hoje,
Difundindo a Liberdade!

Quebrou-se enfim a cadeia
Da nefanda Escravidão!
Aqueles que antes oprimias,
Hoje terás como irmão!

Na síntese biográfica de Maria Firmina dos Reis por Morais Filho (1975) há indicação que ela colaborou com jornais – Diário do Maranhão; Pacotilha; Federalista - até 1903, depois disso há um hiato em seus dados, pulando para 1917 como ano de seu falecimento. Aliás, afirma o autor que ela morreu pobre e cega, depois de dar "tanta luz de conhecimento aos cegos" (de saberes).

ÚRSULA, UM ROMANCE PELA LIBERDADE FEMININA E ÉTNICO-RACIAL

Das lutas travadas pela educadora, optou-se por uma obra representativa de seu trabalho, uma de suas primeiras publicações como escritora, sem abandonar a ótica educativa à uma sociedade pautada por preconceitos e discriminações. As publicações de Maria Firmina somente iniciam com Úrsula, a autora também publicou o romance Gupeva (1861/1862) que debate o processo de miscigenação e a relação desigual entre franceses e indígenas; Cantos à beira-mar (1871) um livro de poesias, o conto A Escrava (1887), inserindo mais uma vez na causa abolicionista; Álbum que tem trechos de seus diários; além de várias poesias na imprensa e algumas composições musicais como Hino à liberdade dos escravos; Rosinha, valsa; Auto de bumba-meu-boi; Hino à mocidade; entre outras parcerias.

Optou-se por Úrsula, pois além de ser o primeiro romance publicado no Brasil, foi escrito por uma educadora negra no contexto de um Brasil escravocrata. As mulheres começavam, mesmo com alguma resistência, a ocupar o espaço do magistério durante o segundo Império e é neste local que Maria Firmina dos Reis insere-se. Um dos poucos espaços que elas puderam ocupar profissionalmente foi o espaço de pioneiras na defesa de educação e outros direitos para o sexo feminino. É importante ressaltar que os direitos conquistados acontecem por reivindicação dos mesmos grupos segregados que se organizam e exigem mudanças.

A obra de Maria Firmina representa sua luta por direitos envolvendo as pessoas negras, escravizadas ou não, e as mulheres. O contexto do romance traz uma visão positiva

do negro enquanto questiona fortemente a situação da mulher. A força e a representatividade marcam esta obra.

O processo de formação da identidade dos afro-descendentes na literatura brasileira e em nossa sociedade como um todo, geralmente se dá a partir do olhar do dominador, carregado de valoração negativa, visto que a este pertence o direito de utilizar a palavra e falar em nome do dominado. Em nossa literatura temos vários exemplos de autores negros que não conseguiram se impor diante das representações sociais de sua etnia e representaram os negros de forma estereotipada. A presença de tais estereótipos se deve ao fato de que, durante o século XIX, os escritores afro-descendentes das Américas enfrentavam grandes dificuldades para representar a África de uma maneira positiva, pois a Europa era o padrão a ser seguido já que ainda não se tinha desenvolvido uma estética negra. (Oliveira, 2007, p. 95)

Maria Firmina produz uma literatura engajada que não está sintonizada com a visão do dominador branco e patriarcal, é exatamente uma visão oposta, pois parte do olhar de quem se encontra em sobreposição de práticas discriminatórias. Assim, ela consegue sair do discurso eurocêntrico que existia – e ainda existe - no Brasil e trazer a lembrança de liberdade africana pela memória de algumas personagens.

Em um século marcado pelo sistema escravagista, Maria Firmina constrói uma narrativa inovadora para a época, uma narrativa em que os personagens negros fogem da estereotipização, configurando, desse modo, uma escrita comprometida com o caráter ético, a partir do momento que a narrativa presente em Úrsula inaugura e legitima os personagens negros(as) enquanto sujeitos. (Dalcol; Alós, 2019. p.4)

O romance foi assinado como "uma maranhense" marcando sexo e localidade da escritora. A não identificação da mulher em publicações era muito comum no século XIX, não só no Brasil, mas em outros países também, dos quais temos vários exemplos como George Sand (Amandine Dupin) e André Leo (Victoire Leódile Béra) na França, as irmãs Brontë (que assinavam irmãos Bells) e George Eliot (Mary Ann Evans), na Inglaterra entre outras. Maria Firmina não estava preocupada em esconder que se tratava de uma escritora, somente poupou seu nome.

De acordo com Schwarcz (1993) as teorias raciais tiveram seu auge em meados dos oitocentos na Europa e chegaram aqui no Brasil junto com positivismo, evolucionismo e darwinismo. O termo "raça" foi criado pelo estatístico Georges Cuvier no início do século

XIX e ocupou-se de classificar, ordenar e 'organizar' as pessoas criando escalas. Por volta de 1870 os institutos de pesquisas já haviam incorporado essas ideias. Não havia um único caminho seguido, as ideias se mesclavam, assim como um darwinismo social variava por grupos de afinidades.

Com consciência dos preconceitos com a escrita feminina assim inicia o prólogo:

Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume. Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem; com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo. (Reis, 2018, p. 12)

E continua:

O nosso romance, gerou-o a imaginação, e não o soube colorir, nem aformosentar. Pobre avezinha silvestre, anda terra a terra, e nem olha para as planuras onde gira a águia.

[...]

Ele semelha a donzela, que não é formosa; porque a natureza negou-lhe as graças feminis, e que por isso não pode encontrar uma afeição pura, que corresponda ao afeto da sua alma;

[...]

Deixai pois que a minha Úrsula, tímida e acanhada, sem dotes da natureza, nem enfeites e louçanias de arte, caminhe entre vós.

Não a desprezeis, antes amparai-a nos seus incertos e titubeantes passos para assim dar alento à autora de seus dias, que talvez com essa proteção cultive mais o seu engenho, e venha a produzir coisa melhor, ou, quando menos, sirva esse bom acolhimento de incentivo para outras, que com imaginação mais brilhante, com educação mais acurada, com instrução mais vasta e liberal, tenham mais timidez do que nós. (Reis, 2018, pp. 12-13; *supressão nossa*)

O romance apresenta três jovens protagonistas Tancredo, branco de posses que sofre um acidente a cavalo e é socorrido por Tulio, negro escravizado. Desse encontro nasce uma amizade e um reconhecimento mútuo dos homens honrados que se respeitam, no capítulo intitulado "Duas almas generosas". Tulio leva Tancredo para a propriedade onde era escravizado, casa de Úrsula, a protagonista que dá nome ao romance, que é elogiada por sua bondade por Tulio.

Úrsula era filha de Luísa B., parálitica, representando uma família empobrecida por disputas familiares. Os três jovens protagonistas têm suas vidas marcadas por tragédias particulares e guardam suas tristezas junto aos sonhos de uma vida melhor.

Na narrativa firminiana as questões de gênero e étnicas compõem as histórias de vida. Ao introduzir Tulio assim o faz:

O homem que assim falava era um pobre rapaz, que ao muito parecia contar vinte e cinco anos, e que na franca expressão de sua fisionomia deixava adivinhar toda a nobreza de um coração bem formado. O sangue africano fervia-lhe nas veias; o mísero ligava-se à odiosa cadeia da escravidão;

[...]

Senhor Deus! Quando calará no peito do homem a tua sublime máxima – ama a teu próximo como a ti mesmo –, e deixará de oprimir com tão repreensível injustiça ao seu semelhante!. Àquele que também era livre no seu país. Àquele que é seu irmão?

E o mísero sofria; porque era escravo, e a escravidão não lhe embrutecera a alma; porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração, permaneciam intactos e puros como a sua alma. Era infeliz, mas era virtuoso; e por isso seu coração enterneceu-se em presença da dolorosa cena, que se lhe ofereceu à vista. (Reis, 2018, pp.18-19, *supressão nossa*)

O encontro é pautado por respeito o que surpreendeu Tulio que nunca tinha ouvido palavras doces de um branco, aliás pontuou como o único que compreendeu a amargura do escravizado. Tancredo ofereceu sua amizade em reconhecimento ao socorro que recebeu:

— Meu amigo, – continuou – podes acreditar no meu reconhecimento e na minha amizade. Quem quer que sejas, eu a prometo: sou para ti um desconhecido; e inda assim foste generoso e desinteressado. Arrancando-me à morte tens desempenhado a mais nobre missão de que o homem está incumbido por Deus – a fraternidade. Continua, agora peço-te em nome da amizade que te consagro, continua a tua obra de generosidade; porque sinto que tenho febre, e não me posso erguer. Arreda-me destes lugares se te é possível; porque... – e a voz, que era fraca, expirou nos lábios; porque ligeira vertigem precursora talvez de um mais prolongado sofrer de novo lhe ofuscou a vista, e as faculdades se lhe afracaram. (Reis, 2018, pp.20-21)

Depois disso, recebeu um pequeno presente, um valor que possibilitou a compra de sua liberdade. Maria Firmina faz a observação necessária: "Túlio obteve, pois, por dinheiro aquilo que Deus lhe dera, como a todos os viventes. Era livre como o ar, como o haviam sido seus pais, lá nesses adultos sertões da África" (Reis, 2018, p.29)

Como liberto, escolheu seguir Tancredo. A vida de Tulio estava marcada pelos horrores da escravização, nasceu em uma fazenda onde os castigos físicos eram intensos, foi separado ainda criança de sua mãe que morreu na tortura e foi criado por "mãe Susana", uma mulher negra mais velha que tem lembranças de quando era livre na África e fala com amor de sua liberdade, a qual lamenta ter perdido. Ela questiona que liberdade Tulio teria ao seguir Tancredo, sem dúvidas isso não era liberdade. Também rememora o terror da captura, o navio, a travessia:

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a *mercadoria humana* no porão fomos *amarrados* em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos! (Reis, 2018, p.71)

Tancredo e Úrsula apaixonam-se durante a convalescença de Tancredo que passa por delírios até recuperar sua consciência. Recuperado, ele lhe faz juras de amor e casamento. Seu histórico envolve uma relação complicada com seu pai. Primeiro por sentir ciúmes do amor que o filho devotava à mãe, o que levou a separação dos dois por seis anos; enquanto ele cursou Direito em São Paulo acumulou seis anos de saudade. Ao voltar conheceu uma prima órfã que a mãe acolheu e tinha como companhia, Adelaide, que foi o primeiro amor de Tancredo. Com muito custo seu pai aceitou o casamento, com a prima sem pais e sem posses, antes de casar, contudo, deveria cumprir um trabalho pré-determinado e ele seguiu com muito contragosto. Ao voltar, tudo tinha mudado, sua mãe tinha morrido e Adelaide agora era mulher de seu pai.

Úrsula cresceu sem pai. Sua mãe, Luísa B. casou por amor com um homem em condição social inferior, o que provocou a ira de seu irmão, o comendador, que tomou como meta perseguir a família. O casamento não foi feliz, seu consorte não valorizou seu amor, tinha outras mulheres e ainda gastou o dinheiro da família de Luísa, que nunca se quer reclamou da condição em que se encontrava, aceitando suas desventuras. Um dia, seu esposo foi assassinado e tudo indicava que pelo seu cunhado, o comendador. A tristeza de ser viúva

com sua filha ainda criança a invadiu, acamada, sua filha cuidava dela desde muito jovem. Mesmo sendo consideradas boas, as duas mantinham duas pessoas escravizadas: Susana e Tulio.

As relações inter-raciais não são harmônicas dentro do contexto do romance, somente há uma exceção em que isso se expressa: na amizade de Tancredo e Tulio. Maria Firmina sempre preza pela liberdade e faz sua defesa como direito de todos, entretanto, coloca com distinção as formas como as pessoas escravizadas são tratadas por seus "donos". As lembranças africanas sempre estão relacionadas à liberdade, o local que a sede de alvedrio é saciada. Mas, se o corpo está submetido às privações e torturas, a mente permanece livre, "ninguém a pode escravizar".

Cadeia infame e rigorosa, a que chamam “escravidão”?!... E entretanto este também era livre, livre como o pássaro, como o ar; porque no seu país não se é escravo. Ele escuta a nênia plangente de seu pai, escuta a canção sentida que cai dos lábios de sua mãe, e sente como eles, que é livre; porque a razão lho diz, e a alma o compreende. Oh! A mente! Isso sim ninguém a pode escravizar!

Nas asas do pensamento o homem remonta-se aos ardentes sertões da África, vê os areais sem fim da pátria e procura abrigar-se debaixo daquelas árvores sombrias do oásis, quando o sol requieima e o vento sopra quente e abrasador: vê a tamareira benéfica junto à fonte, que lhe amacia a garganta ressequida: vê a cabana onde nascera, e onde livre vivera! (Reis, 2018, pp. 27-28)

O debate da subalternidade pela escravização é sempre confrontado pela sinceridade, pela honra, mas nada disso importa aos tiranos, a principal representatividade dessa agressão desmesurada está na figura do comendador Fernando, tio de Úrsula, representado como o vilão da história, em vários aspectos e momentos. Seu lugar de homem branco, com poder e posses faz dele um cruel tirano para atender todos os seus desejos, nunca aceitava ser contrariado.

É justamente sob os mandos de Fernando que são narrados os castigos corporais, seja com o chicotinho que andava em suas mãos e com o qual deferiu golpes, seja no quarto que funcionava como uma cela no qual há descrição de ferros para prender braços, pernas e cintura, com espaço para açoites, ou ainda no pensar as mais penosas torturas para cada pessoa que o aborrecia. Diante de uma contrariedade, faz menção à Shakespeare e à religiosidade ao o representar:

O comendador cruzava o quarto com passos desordenados. Pálido como um espectro, com os cabelos eriçados, os lábios convulsos e contraídos, as comissuras dos lábios espumantes, pintava-se-lhe no todo a desesperação, e o ódio infame, e a vingança não satisfeita.

Era Otelo no seu ciúme, Satanás expulso do céu e ferido no orgulho. (Reis, 2018, pp. 118-119)

A relação entre os sexos permeia toda a abordagem do romance, envolve todos os históricos familiares: mulheres submissas aos maridos, aos irmãos, sem autonomia para gerir sua própria vida. Maria Firmina está amplamente conectada às ideias mais progressistas de seu tempo, às quais faz adesão e debate no contexto de sua obra. Antecipa em dez anos uma discussão feita por John Stuart Mill no livro "A sujeição das mulheres" publicado em 1869, que estava conectado ao movimento inglês de igualdade para as mulheres.

Mill (2006) afirma que a subordinação das mulheres aos homens deveria ser substituída pelo princípio da igualdade perfeita "sem qualquer poder ou privilégio para um lado e incapacidade para o outro" (p.5) Essa diferença para o pensador era um obstáculo ao desenvolvimento humano, ao progresso, além de ser injustificável.

Maria Firmina deixa clara sua visão sobre os homens no contexto de Úrsula:

Oh! O sol é como o homem maligno e perverso, que bafeja com hálito impuro a donzela desvalida, e foge, e deixa-a entregue à vergonha, à desesperação, à morte! E depois, ri-se e busca outra, e mais outra vítima! A donzela e a flor choram em silêncio, e o seu choro ninguém compreende! (Reis, 2018, p. 17)

Os homens agiam como bem entendiam e as mulheres deveriam se resignar diante das escolhas que eram feitas por elas ou ainda pagar mais caro por escolher por si próprias. Assim foi com Luísa B., que ao escolher diferente do que desejou seu irmão, foi perseguida e teve sua vida destruída, mesmo antes disso, seu amor incompreendido de tal forma que com todo seu amor pelo companheiro sofreu sozinha suas traições sem nunca reclamar. O mesmo aconteceu com os pais de Tancredo, seu pai foi o carrasco de sua mãe, que por sua vez tudo suportou em seu casamento, chorando sozinha diante das opressões sofridas.

Úrsula que sempre viveu só, cuidando de sua mãe, achava que nem seria digna de ter um amor, até questionar-se a si mesma sobre seus sentimentos e se convencer de que amava Tancredo. Tancredo que encena o herói do romance não se liberta completamente dos preconceitos sobre a situação da mulher, mesmo evidenciando os transtornos que via sua mãe passar. Sua amada era idealizada, à qual defenderia da paixão cega que ela não

desejava, mas ele que amava pela segunda vez tem uma visão restrita. Em seu pensamento figurava:

A mulher só ama uma vez. No seu coração imprimiu Deus um sentir tão puro e tão verdadeiro, que o homem não pode duvidar dos seus afetos.

E a mulher cumpre na terra sua missão de amor e de paz; e depois de a ter cumprido volta ao céu; porque ela passou no mundo à semelhança de um anjo consolador.

Esta é a mulher.

Mas aquela, cujas formas eram tão sedutoras, tão belas, aquela, cujas aparências mágicas e arrebatadoras escondiam um coração árido de afeições puras, e desinteressadas... Oh! Essa não compreendeu para que veio habitar entre os homens; porque a cobiça hedionda envenenou lhe os nobres sentimentos do coração.

O brilho do ouro deslumbrou-a, e ela vendeu seu amor ao primeiro que lho ofereceu.

Maldição!... Infâmia sobre a mulher que não compreendeu a sua honrosa missão, e trocou por outro os sublimes afetos da sua alma. (Reis, 2018, p.103)

Ainda aqui a exigência da mulher de pertencer a um homem só, por isso deveria ser pura e casta, devotar-se à uma única chance de amar. Amar duas vezes é permitido somente ao sexo masculino, ao sexo feminino o amor único. Dentro desse contexto, observa-se em Maria Firmina algumas incorporações típicas do período, mas evidencia-se a noção de liberdade como premissa.

A figura feminina mantém-se ainda muito próxima de uma expectativa religiosa, típica do Brasil durante a segunda metade do século XIX: a santa resignada, inspirada em Maria, mãe que abre mão de tudo pela harmonia familiar e tudo suporta; ou a pecadora, a traidora ambiciosa, Eva ou Maria Madalena, que no romance é representada por Adelaide.

Úrsula representava a resignação ao mesmo tempo em que lutava por sua escolha, todavia, teria mais desafios para conseguir casar com Tancredo e viver seu amor, quebrando os ciclos de repressão, pois foi desejada por outro que ela mesma não queria. A mulher neste contexto não tem escolha, deve submeter-se ou mais uma vez pagar o preço de escolhas. Sem inserir pormenores de todos os desdobramentos finais do romance, de forma sintética analisa-se a obra Úrsula.

A narração do romance é feita em terceira pessoa, apresenta-se como onisciente/onipresente, conhecendo as histórias que envolvem cada personagem, bem como seus pensamentos mais íntimos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais sobre a vida de Maria Firmina dos Reis e sua obra *Úrsula* apresentam-se aqui como parciais, pois, outras obras da autora podem ser analisadas em uma expressão mais ampla de seu pensamento e das lutas que travou. Todavia, responde ao objetivo proposto neste artigo, de compreender seu protagonismo pela liberdade das mulheres e das relações étnico-raciais.

bell hooks (2017, p. 174) afirma que:

A prática do diálogo é um dos meios mais simples com que nós, como professores, acadêmicos e pensadores críticos, podemos começar a cruzar as fronteiras, as barreiras que podem ou não ser erguidas pela raça, pelo gênero, pela classe social, pela reputação profissional e por um sem-número de outras diferenças.

Nessa perspectiva, observa-se que falar sobre o protagonismo de Maria Firmina dos Reis é trazê-la para o diálogo acadêmico ao evidenciar sua potência. O contexto em que viveu era de escravização de pessoas negras, e aquelas que não estavam submetidas a tal condição, enfrentavam o estigma simplesmente pela cor de sua pele. Além disso, o Brasil Imperial não reconhecia os direitos das mulheres, colocando-a como alguém que deveria ser tutelada, por isso, muitas vezes suas vidas e obras foram silenciadas por uma história narrada por homens brancos.

Maria Firmina se contrapôs ao lugar que a sociedade brasileira havia lhe relegado, tornando-se professora pública, com aprovação em um concurso, mas que não se rendeu às práticas convencionais que a sociedade estabelecia. Ela questionou privilégios, enfrentou preconceitos, cuidou de sua própria vida e incentivou tanto pela educação quanto pela literatura trilhar caminhos de liberdade e igualdade.

Lembrando Angela Davis (2018, p. 27): "Eu diria que, à medida que amadurecemos, nossas lutas produzem novas ideias, novas questões e novos campos nos quais nos engajamos na busca pela liberdade. Como Nelson Mandela, devemos ter a disposição para abraçar uma longa jornada rumo à liberdade." Maria Firmina está entre aquelas que se engajaram nessa luta, por isso, ressaltamos seu protagonismo.

Seu protagonismo educacional precisa ser ressaltado, desde assumir um cargo público no contexto de 1847 até sua aposentadoria em 1881, assim como o seu título de "mestra-

regia" em 1880, que lhe confere um lugar de destaque na história da educação, mesmo que alguns dos principais livros em circulação nacional, sobre história da educação ou história de pedagogia, se quer a cite. É aqui, após sua aposentadoria, que inicia um projeto novo, de escola de primeiras letras, com salas mistas, proporcionando uma educação igual para meninas e meninos.

Do ponto de vista literário, outro protagonismo ao ser a primeira romancista brasileira, ao mesmo tempo que inova na temática anticolonialista com enfoque nas relações étnico raciais e entre os sexos, sob uma perspectiva de mulher negra que questiona a estrutura da sociedade imperial brasileira. Há o questionamento das relações de escravização, das hierarquias étnicas que colaboram com o racismo e do lugar secundarizado e cheio de restrições às mulheres.

Considerando as prerrogativas do contexto em que viveu e como colocou-se diante da sociedade excludente, Maria Firmina dos Reis foi uma das protagonistas da luta pela liberdade no Brasil, pautando-se pela lógica da igualdade como premissa. Registra-se aqui o convite para leitoras e leitores que leiam, interpretem o romance e façam suas próprias observações além das que aqui estão moderadas, há muitos detalhes que podem enriquecer o debate. Que cada uma e cada um faça ecoar as vozes até agora abafadas, em uma proposta de construção de narrativas coletivas.

REFERÊNCIAS

ARRAES, Jarid. **Herófnas negras brasileiras**: em 15 cordéis. São Paulo: Seguinte, 2020.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Volume 1. 3 ed. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Volume 2. 3 ed. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b.

BERSANI, Humberto. **Racismo estrutural e direito à desestratificação**: um estudo a partir das relações de trabalho. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v.10, n° 1, pp. 171-188, jan. 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem*, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2004. Disponível

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Volume Especial "Ocupação Preta: a história de um é a narrativa de todos", pg. 80-101, mar/2025.

ISSN: 2176-5774

em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4587063/mod_resource/content/1/Kimberle-Crenshaw.pdf Acesso em 28.05.2021

DALCOL, Mônica Saldanha; ALÓS, Anselmo Peres. [ARTIGO RETRATADO] O mundo da vida e o mundo do texto em Úrsula, de Maria Firmina Reis. **Revista Estudos dos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. e50550, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n150550> Acesso em 12/10/2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. (trad. Heci R. Candiani). São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. (org. Frank Barat; trad. Heci R. Candiani). São Paulo: Boitempo, 2018.

DEL PRIORI, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.) **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019a.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.) **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019b.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 3 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Caminhos de Maria Lacerda de Moura: contribuição a história do feminismo no Brasil**. 1983. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983. Acesso em: 19/10/2024.

LODI-CORREA, Samantha. **Anália Franco e sua ação sócio-educacional na transição do Império para a República (1868-1919)**. 2009. 180f. Dissertação. (Mestrado em Educação na área de Filosofia, História e Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

MACHADO, Maria Helena P. T. Maria Firmina dos Reis: escrita íntima na construção do si mesmo. **Estudos Avançados**, v. 33, n. 96, p. 91–108, maio de 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2019.3396.0007> Acesso em 25/10/2024

MILL, John Stuart. **A sujeição das mulheres**. São Paulo: Escala, 2006.

MORAIS FILHO, Nascimento (Org.). **Maria Firmina: fragmentos de uma vida**. São Luiz: Comissão organizadora das comemorações de sesquicentenário de nascimento de Maria Firmina dos Reis, 1975. Disponível em: <https://mariafirmina.org.br/maria-firmina-fragmentos-de-uma-vida-2/> Acesso em 27/09/2024

OLIVEIRA, Adriana Barbosa de. **Gênero e etnicidade no romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis**. 2007. 107f. Dissertação. (Mestrado em Estudos literários) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

RAGO, Luiza Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890 – 1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. “Epistemologia feminista, gênero e história”. In: PEDRO, Joana; GROSSI, M. (org.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis, SC: Editora das Mulheres, 1998, p. 21-41.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula e outras obras**. Brasília: Câmara, 2018

SANTOS, Katiana Souza. **Relações de gênero na segunda metade do século XIX na perspectiva de Maria Firmina dos Reis: análise do romance Úrsula**. 2015. 134 f. Dissertação. (Mestrado em Cultura e Sociedade) Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Régia Agostinho da. A mente, essa ninguém pode escravizar: Maria Firmina dos Reis e a escrita feita por mulheres no Maranhão. **Leitura: Teoria & Prática**. Campinas, Associação de Leitura do Brasil (ALB), v. 29, n. 56, p. 11-19, jun. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.34112/2317-0972a2011v29n56p11-19>>. Acesso em: jun. 2023.